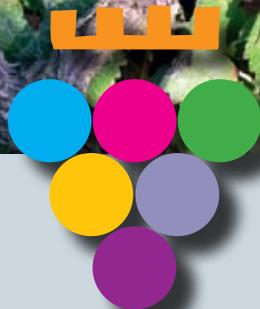


Editorial

Centro Histórico Palmela



Num ano marcado, em Palmela, pela celebração desta terra como Cidade Europeia do Vinho, e por uma intensa campanha de obras no Centro Histórico da sede do concelho – fruto da candidatura a financiamento do projeto «Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela» ao Quadro de Referência Estratégico Nacional/Portugal 2007-2013, o Museu Municipal não podia deixar de desenvolver um conjunto de trabalhos que contribuíssem para alargar e divulgar o conhecimento acerca dessas duas realidades: a história da vitivinicultura e da sede do concelho.

No que concerne à importância do vinho e da vinha, como patrimónios multiseculares que marcam o nosso território, este número do **+museu** apresenta resultados de investigação no domínio da história da vitivinicultura, com um artigo centrado nas décadas de 40-50 do século XX. Não podemos deixar de fazer referência ao encerramento da Adega de Algeruz, como núcleo museológico municipal; assumindo a controversa opção, tal facto ficou a dever-se à inviabilidade financeira de suportar encargos com obras no imóvel; ficamos na expectativa de, a médio prazo, ser viável ao proprietário do edifício realizar os trabalhos necessários à sua reabertura.

No âmbito da campanha de obras, que decorre no Centro Histórico de Palmela, a arqueologia tem um papel preponderante, quer no acompanhamento da ação de remodelação de infraestruturas nas artérias principais da vila, quer na requalificação dos Largos do Pelourinho e do Município e do Parque Venâncio Ribeiro da Costa. Constituiu-se, ainda, como disciplina fundamental para o estudo da história deste território, ao garantir o estudo e tratamento de acervo arqueológico que passará a estar exposto, no renovado espaço arqueológico do Castelo de Palmela, sito na Praça de Armas da fortificação, também alvo de empreitada de obras no quadro do mesmo financiamento já identificado. Apresentamos neste **+museu** um artigo que sintetiza os resultados da intervenção arqueológica no edifício, que albergará o futuro Espaço Cidadão, no coração do Centro Histórico da vila.

Em Novembro, mês em que comemoramos a Restauração do concelho, este ano fica marcado pela homenagem prestada aos combatentes de Palmela que participaram na 1.ª Guerra Mundial – os resultados da investigação iniciada sobre esta temática, pelo Arquivo Municipal, é aqui divulgada.

Este número do boletim do Museu Municipal dá ainda destaque a outras realidades que marcaram o ano 2012: o já habitual «Presta contas do Serviço Educativo», referente ao ano letivo findo; aos nossos trabalhadores que se aposentaram, e que dedicaram alguns anos da sua vida à realidade do Castelo de Palmela e ao Serviço Educativo do Museu; e a um conjunto de recursos de âmbito educativo-pedagógico que enriquecem a prática de professores e alunos nas escolas do nosso concelho, como é o caso das maletas pedagógicas. Destacamos ainda, como meio ao dispor de todos, para melhor conhecer Palmela, o website do Centro Histórico de Palmela.

Deixamos um convite: explore esse recurso eletrónico e programe uma visita à vila de Palmela renovada!

A Presidente da Câmara

Ana Teresa Vicente

Resultados da intervenção arqueológica no Espaço Cidadão.

Centro Histórico de Palmela



Localização da área intervencionada sobre foto aérea obtida através da aplicação Google Earth. (01) Mercado Velho.

A intervenção arqueológica no edifício, que albergará o futuro Espaço Cidadão, decorreu no âmbito do Projeto «Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela» co-financiado pelo QREN-PorLisboa, inserida em contexto preventivo prévio e tinha por objetivo concretizar um conjunto de sondagens de diagnóstico, tanto horizontais, como parietais, para avaliação do potencial estratigráfico e arqueológico, possibilitando uma leitura histórica do edifício.

Definidos os objetivos e metodologias da escavação, procedeu-se à abertura de dez sondagens manuais, num total de 138 m² (no solo) e quatro sondagens parietais, no total de 48,05 m².

A área de intervenção, localizada no coração do Centro Histórico de Palmela está abrangida pela Zona Especial de Proteção conjunta do Castelo de Palmela, Igreja de Santiago e Pelourinho de Palmela¹ e insere-se em espaço adjacente ao arqueossítio do Mercado Velho de Palmela, com contextos tardo-medievais, modernos e contemporâneos.

¹ Portaria n.º 62/2010, publicada em D.R., 2ª Série, n.º 12, de 19 de Janeiro, que revoga a Portaria n.º 944/85, de 14 de Janeiro.

Enquadramento arqueológico. Algumas considerações sobre o Centro Histórico.

A vila de Palmela encontra-se encaixada na área interestuarina dos rios Tejo e Sado, com amplo domínio visual, a norte, para a vasta planície do estuário do Tejo e para a Península de Lisboa. Para sul e oriente, domina a cidade de Setúbal, a península de Tróia e a vasta planície que acompanha o estuário do Sado e para ocidente tem privilegiado domínio sobre a cordilheira da Arrábida.

As excelentes condições geoestratégicas do morro de Palmela, ocupando o castelo o seu ponto mais alto, com 234 m de altura, foram determinantes para a fixação humana, como nos comprova a ocupação mais antiga documentada na vila, datada de finais do 6.º milénio e meados do 5.º milénio a.n.e.

O Casal da Cerca (Quinta da Cerca, Largo de S. João) é um extenso povoado aberto, com cerca de 1.5 ha, muito destruído pela expansão urbana, ocorrida em finais da década de 80 e inícios da de 90 do séc. XX. A ocupação da fase do Neolítico Antigo Evolucionado terá sido continuada, de cariz permanente e não sazonal, tendo fácil acesso a

solos de qualidade agrícola e às margens do Tejo e do Sado, fatores essenciais para garantia de subsistência e de acesso aos recursos alimentares, cinegéticos e à obtenção de matérias-primas.

A cultura material, identificada no povoado, remete-nos para o emergente domínio das práticas primitivas de atividades agro-pastoris, complementadas pela caça, recolção e pesca, revelando a presença de uma tecnologia lítica microlaminar, onde os elementos de projétil se encontram parcialmente representados, ao contrário da olaria, que se encontra bem documentada neste arqueossítio, com predominância dos recipientes decorados, com motivos incisos, impressos e plásticos (Sobres e Silva, 2008).

Palmela tem sido conotada com uma fundação de período romano, embora os vestígios sejam muito escassos e na maioria dos casos completamente descontextualizados, surgindo em níveis de lixeira ou aterros de outros períodos (islâmico, medieval e moderno), como no caso do Castelo de Palmela e do Mercado Velho, correspondendo a materiais do período romano imperial e na antiguidade tardia. Atualmente, a Rua de Nenhures reúne o melhor conjunto de informações sobre a ocupação islâmica e a fase da *Reconquista* identificado extra muralhas, em plena área urbana (Rosendo *et al.*, 2010), núcleo onde se identificaram contextos habitacionais e funcionais dos séculos XII–XVIII, destacando-se a presença de uma bateria de 30 silos, com uma larga diacronia de utilização.

As ainda escassas ações de arqueologia urbana desenvolvidas na *urbe* têm contribuído para o aumento do conhecimento que possuímos sobre a evolução histórica e urbana da vila. São consideráveis os dados obtidos através do estudo dos materiais e contextos arqueológicos identificados ao longo de mais de duas décadas, relacionados, em particular, com a ocupação dos períodos Medieval Islâmico, Cristão e Moderno, nos sítios arqueológicos da Rua de Nenhures; da Rua do Castelo, n.º 4; dos Paços do Concelho, com um conjunto de informações, datáveis do século XIV ao século XX, fornecendo uma leitura significativa da dinâmica de ocupação humana anterior ao edifício seiscentista; da Rua Augusto Cardoso, Rua Coronel Galhardo, n.º 19 e do Hospital da Misericórdia, onde foi notória a variedade de morfologias e tipologias cerâmicas recolhidas, datáveis dos séculos XIII a XV (Fernandes e Santos, 2008; Rosendo *et al.*, 2010).

O edifício **Espaço Cidadão** localiza-se no coração do centro histórico da vila de Palmela, integrando-se numa área de elevada sensibilidade arqueológica (Rosendo *et al.*, 2010), em torno do sítio do Mercado Velho, escavado em 2002, que revelou vasta informação sobre a ocupação da vila durante o período Moderno, altura que coincide com a permanência da sede da Ordem de Santiago na vila, após doação régia de D. João I (1423).

O Mercado Velho, interpretado como local periférico ao núcleo do Arrabalde, terá funcionado como uma área de lixeira comunitária, assumindo-se como ponto arqueológico expressivo pela variedade da cultura material recolhida, nomeadamente o grupo das cerâmicas comuns; das faianças e da cerâmica de importação, enquadráveis entre os séculos XIII e XVI, a par de outros vestígios de cronologias mais antigas, como os períodos romano e visigótico (Carvalho, 2005 e 2005-07).

Nos contextos identificados destaca-se o nível de lixeira dos sécs. XV–XVI (Carvalho, 2005-07), presente em grande parte da área então intervencionada e que terá sido desativada durante o século XVI, fase datada pela presença de fragmentos de Majólica Italiana (Carvalho, 2005-07). No entanto, estas realidades arqueológicas revelaram-se bastante descontextualizadas, consequência da edificação do Mercado Municipal, nos anos 50 do século XX, causando a remoção dos sedimentos existentes até então e a escavação do afloramento rochoso (arenito) para adaptação do piso térreo do edifício.

Os resultados das intervenções realizadas ao longo do Centro Histórico têm demonstrado a ocorrência de espólio associável a períodos mais antigos, como o caso da presença de indústria lítica diversificada, obtida sobre sílex, quartzito e bem menos expressivo o quartzo. No conjunto estão presentes lascas, fragmentos de núcleos, restos de talhe, bem como alguns utensílios, entre os quais, furadores, buris e lamelas e no grupo da pedra polida, os machados (muitas vezes fragmentados).

Em todos os casos, excetuando o Casal da Cerca, estas realidades surgem associadas a contextos mais tardios, de época islâmica, medieval e moderna, correspondendo a unidades de lixeira ou aterros, estando por isso desprovidos dos seus contextos originais, não tendo sido identificado espólio cerâmico correspondente, a fabricos pré-históricos. Esta situação foi registada na in-

tervenção de 2007, desenvolvida nos Paços do Concelho; ao longo das sucessivas campanhas realizadas no Castelo (1992 a 2005); no Mercado Velho (2002) e durante as sondagens de diagnóstico realizadas no Centro Histórico (Praça Duque de Palmela, Ruas Hermenegildo Capelo e Jaime Afreixo), em 2009.

Tem-se verificado que a fraca expressão e conservação de documentação arqueológica referente a ocupações mais antigas que ocorreram no morro de Palmela terá sofrido sucessivas ações de destruição, impressas pelo crescimento e dinâmica urbana da vila, a partir da ocupação islâmica, tendo-se intensificado ao longo do século XV e posteriormente, no século XVIII, correspondendo a momentos significativos da estruturação e crescimento da *urbe*.

É, sobretudo, a partir do século XVIII que se configura o Largo do Mercado, vocacionado para áreas habitacionais e comerciais, como nos comprovam alguns dos edifícios existentes entre a Rua Hermenegildo Capelo e a Rua Mouzinho de Albuquerque, de que é exemplo, o edifício que albergará o futuro Espaço Cidadão (área intervencionada).

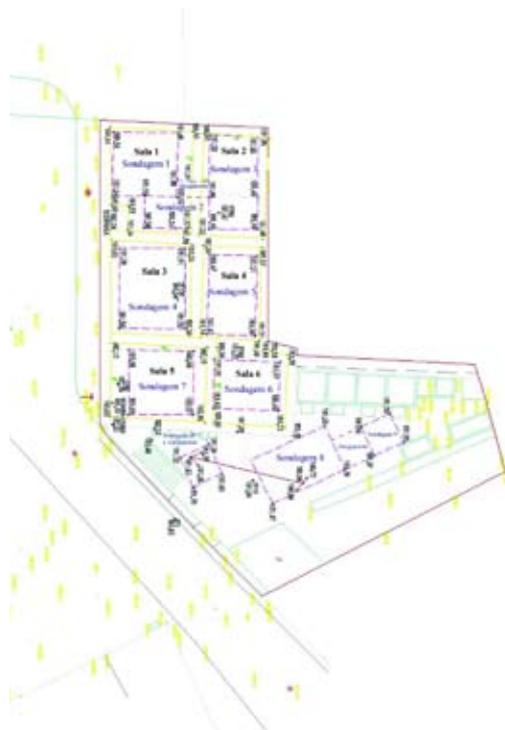
O imóvel intervencionado encontra-se em mau estado de conservação, apresentando no entanto alguns elementos de relevante interesse arquitetónico, histórico e arqueológico, conotados com a utilização habitacional e funcional, deste espaço desde o período Tardo-Medieval ao Contemporâneo.

Os resultados da intervenção.

Algumas leituras arqueológicas.

A intervenção arqueológica permite uma leitura bastante abrangente sobre o edifício em análise. Os dados revelados pelas 10 sondagens no solo, os respetivos alargamentos e as 4 sondagens parietais parecem complementar-se na interpretação da ocupação deste espaço.

A sequência construtiva do edifício poderá dividir-se em três grandes momentos: um primeiro momento terá ocorrido no período tardo-medieval e/ou início da Época Moderna (séculos XIV-XVI); de seguida o de Época Moderna (séculos XVI-XVIII) e, por fim, culmina na transição do século XVIII para o século XX.



Espaço Cidadão. Área intervencionada.

O edifício foi parcialmente escavado numa encosta e no local do atual mercado municipal, segundo a oralidade, ainda em meados do século XX, existiriam escadas que permitiam aceder à atual Rua Mouzinho de Albuquerque e que era encimada por algumas “casas velhas” onde se vendia peixe.

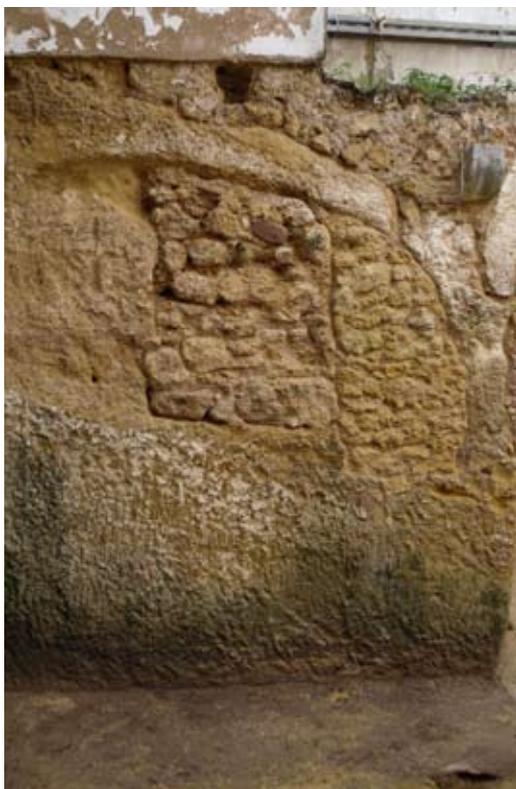
A pendente desta encosta foi identificada nas sondagens parietais 1 e 2 e na parede Nordeste da sala 4, onde foi instalada a sondagem 5.

A primeira fase encontra-se muito afetada pelas ocupações subsequentes, estando apenas documentada pelos contextos associados ao silo U.E. [163], parcialmente destruído, identificado na sondagem 5, ao derrube U.E. [202] e ao depósito U.E. [203] da sondagem 6, possivelmente associado a uma forja ou à deposição dos detritos desta, já que se trata de um sedimento arenoso de grão grosso, com alguma escória de ferro, realidade idêntica à identificada em sondagens na Rua Hermenegildo Capelo e no Largo Duque de Palmela (2009).



Corte estratigráfico do silo. Sondagem 5.

No entanto, foram as sondagens parietais 1 e 2 que revelaram o melhor conjunto de informação arqueológica enquadrável no período tardo-medieval ou de início da Época Moderna. Observou-se que as salas 1 e 2 foram escavadas na encosta de arenito inicialmente até à base do arco U.E. [244], igualmente escavado na rocha, associado a um motivo cruciforme gravado U.E. [243], algo inédito em Palmela.



Perspetiva do arco escavado na rocha, respetivos entaipamentos e motivo cruciforme (S.P. 1).

No concelho, a escavação de rocha ocorre desde, pelo menos, o 4.º milénio a.n.e., como no caso das Grutas artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo), continuando no período Tardo-Romano, Visigótico e Emiral com os compartimentos escavados na rocha do Alto da Queimada, até aos silos medievais islâmicos, cristãos e de início de Época Moderna, que povoam Palmela.

Contudo, a escavação integral de um arco na rocha, ainda mais acompanhado de um motivo cruciforme gravado é verdadeiramente invulgar e sugere-nos a datação da Baixa Idade Média e /ou inícios da Época Moderna (séculos XIV-XV-XVI). Esta datação ganhará ainda mais significado, se considerarmos o motivo cruciforme como um possível indicador de cristãos-novos. A documentação histórica refere a presença de uma importante comunidade judaica, em Palmela, desde a Idade Média até à sua expulsão em Época Moderna². A localização da Judiaria continua ainda por determinar.

Em momento posterior, houve o entaipamento do arco, criando uma janela quadrangular, que mantinha o contacto entre as salas 1 e 2, e que será mais tarde definitivamente encerrada com novo entaipamento deixando de existir contacto entre as salas.

² Em 1170, D. Afonso Henriques atribui aos Mouros Forros (livres) que residiam em Palmela, o primeiro Foral. Mais tarde, em 1185, concede novo Foral, destinado a regular a vida da comunidade cristã de Palmela, que coexistia com a moura forra, com a moura escrava e com a judaica (AAVV, 2009).

Este arco, durante o período Moderno, servirá de suporte a um novo arco de maiores dimensões, composto por blocos de arenito.

A partir dos séculos XVI-XVII, serão expressivas as reformulações arquitetónicas do edifício, situação bastante evidente em toda a área intervencionada, com destaque para a sequência estratigráfica (canto Norte da sondagem 7), que preenche uma grande estrutura negativa quadrangular (compartimento escavado na rocha), realidade que é sobreposta pela parede Noroeste da sala 5. Neste espaço, a existência de dois encaixes poderá relacionar-se com estruturas de suporte de tonéis de vinho de época Contemporânea ou, então, com o compartimento escavado na rocha, cuja funcionalidade se encontra ainda indeterminada.

Nas sondagens realizadas no logradouro, verifica-se uma importante sequência de contextos atribuíveis à época Moderna, a que se associa a presença de uma imponente estrutura certamente para abastecimento público de água, alvo de inúmeras reformulações.



**Estrutura de abastecimento público de água.
Plano final da escavação.**

De salientar os contextos individualizados na sondagem 9 e seu alargamento, que apresentam uma estratigrafia atribuível aos séculos XVI-XVII, com grande destaque para as U.E.s [156], [178] e [196], onde pontificam, além de formas de cerâmica comum e vidrada, bastantes fragmentos de faiança portuguesa, de grande qualidade e variabilidade decorativa e formal, possivelmente produzidas nas olarias de Lisboa. Importa mencionar o aparecimento de uma interessante estrutura de pedra e argamassa revestida a sucessivas camadas de cal (indicadoras de uma grande perduração no tempo), constituída por blocos de calcário retangulares, bem afeiçoados, com piso em argamassa. Este conjunto parece-nos pertencer a um possível tanque, relacionável com a grande canalização das sondagens 8 e 10 que poderá corresponder a um equipamento público para abastecimento de água à vila (fonte ou chafariz?), em Época Moderna (séculos XVI-XVII). O carácter público desta estrutura é ainda igualmente reforçado pela presença de um empedrado U.E. [215].

Nas sondagens parietais 1, 2 e 3, os arcos com grandes blocos de arenito, enquadrar-se-ão também numa datação de época Moderna, podendo considerá-los como de uma fase intermédia da vida do edifício. Nas salas 1 e 2, como já se referiu, o arco constituído por blocos de arenito apoiava-se no arco escavado na rocha e num suporte de pedra e argamassa para vencer o desnível da encosta onde estas salas foram escavadas. O piso destas salas devia manter-se pela base do arco escavado na rocha atingindo assim cerca de 2,60 metros e não os atuais 3,80 metros de altura.

Os períodos pós-terramoto de 1755 serão possivelmente a fase mais evidente de toda a intervenção, afetando de forma determinante os contextos das sondagens horizontais e parietais, promovendo certamente a destruição dos contextos anteriores sobretudo no interior do edifício. Este momento construtivo é particularmente evidente, com os rebaixamentos dos pisos nas salas 1 e 2, correspondendo a um segundo momento de escavação da rocha, o que exigiu a reformulação das altimetrias do espaço habitacional com a construção de um terceiro arco em “tijolo de burro”, que aproveita parte das estruturas anteriores para a sua sustentabilidade, servindo no nosso entender para rebaixar o piso do 1.º andar, face à reformulação do piso de circulação das salas 1 e 2. O rebaixar deste piso é ainda comprovado com

os suportes para as traves de madeira U.E. [235], que a par do “cachorro” em calcário U.E [236], sustentavam o soalho do 1.º andar.

Fora dos limites da sondagem parietal 1, registou-se a data gravada no sótão (sala 2), que encabeça esta parede e a fecha cronologicamente em 29 de Maio de 1867, dando-nos uma datação *ante quem* para as restantes remodelações. Concluída a 1.ª fase da intervenção arqueológica³, podemos pois assumir que a sondagem parietal 1 e a restante parede Sudoeste da sala 1 forneceram a melhor sequência estratigráfica de toda a intervenção, com a sucessão construtiva completa do edifício que dará origem ao futuro **Espaço Cidadão**. Esta sucessão terá origem na Baixa Idade Média, terminando perto do último quartel do século XIX.



Sequência construtiva registada na parede da sala 1. Pormenor dos arcos.

Alguns dados do lugar, das pessoas e a memória do edifício

A época Contemporânea assume particular relevância na vida deste edifício, uma vez que foi ocupado, desde inícios do século XX, pela família de Manuel Joaquim Oliveira Parrantónio, conhecido na memória coletiva de Palmela como «Perna Torta», que assumiu um papel de destaque na economia local, da primeira metade do século XX, como grande produtor e armazenista de vinho e azeitona. Em meados do século XX, um dos seus filhos também com o nome de Manuel Joaquim Parrantónio casa com Maria Luísa, e vão ocupar o primeiro andar das salas 1 e 2, ficando o piso

térreo reservado às atividades relacionadas com a produção e armazenamento de vinho e azeitonas. Já na segunda metade do século XX, acabou por albergar uma oficina de motas e bicicletas, dos senhores Flávio e Rui Cebolinho.

As referências às atividades económicas praticadas neste edifício parecem atestadas pelos registos efetuados durante a escavação arqueológica, onde predominam várias estruturas negativas que parecem corresponder a buracos de poste escavados na rocha e em algumas paredes do piso térreo e que deverão corresponder a estruturas para assentamento de grandes tonéis de vinho, que ocupavam as várias salas da casa, associando-se às atividades da adega localizada no exterior.

Já o sistema de escoamento, registado nas salas 1, 2, 4 e 6, parece-nos indissociável do poço (atualmente desativado) e mina de água existentes no Largo do Mercado, mas ainda responsáveis pelas infiltrações constantes nas paredes Nordeste e Sudeste da sala 1.

Michelle Teixeira Santos

Arqueóloga - Câmara Municipal de Palmela

João Nunes

Arqueólogo - Palimpsesto, Lda.

Bibliografia

- A.A.V.V. (2009) - **Projecto de Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela, Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (QREN)**, Palmela: Câmara Municipal
- CARVALHO, A. R. (2005) «Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: primeiros resultados.», in Adenda eletrónica da revista *al-Madan*, série II, n.º 13
- CARVALHO, A. R. (2005-2007) «Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: Novos Contributos para o conhecimento do quotidiano em Palmela, no final da Idade Média», in *Musa – Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*, Vol. 2. Setúbal: FIDS/MAEDS, pp. 74-82
- FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1997b) «Abordagem Arqueológica da Palmela Medieval Cristã», in *Arqueologia Medieval*, n.º 5, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 221-241
- FERNANDES, I. C. F.; SANTOS, M. T. (2008) - **Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da exposição**, Palmela: Município de Palmela
- ROSENDO, M. (Coord.); PRATA, C.; FERNANDES, I.; SANTOS, M.; SAMPAIO, T.; SOUSA, Z. (2010) - **Patrimónios. Centro Histórico da Vila de Palmela, Roteiro da exposição**. Palmela: Câmara Municipal/Museu Municipal
- SOARES, J., SILVA, C. T. (2008) «Camaral e Casal da Cerca: Sítios Pré-Históricos do Concelho. Povoado do Neolítico Antigo do Casal da Cerca (Palmela)», in FERNANDES, I. e SANTOS, M. (Coord.), **Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da exposição**, Palmela: Município de Palmela, pp. 21-25.

³ A 2.ª fase corresponderá ao acompanhamento arqueológico da empreitada.

Conversas na Aldeia da Quinta do Anjo

Em 2009, iniciámos as **Conversas de Poial**, que culminaram este ano - o que consideramos ser a primeira fase do projeto - com o lançamento da publicação digital homónima, à qual pode aceder **aqui**.

Para além da apresentação do projeto, elencando as ações que dele decorreram, pretendemos, sobretudo, preservar a memória homenageando todos quantos nele participaram, tornando mais rico o conhecimento sobre a história da vila.



Este ano, iniciámos um novo projeto, de formato análogo, desta vez direcionado para a comunidade da freguesia de Quinta do Anjo.

No âmbito da inauguração, em Abril, do novo espaço expositivo da **Junta de Freguesia** «Os Tanquinhos», com a exposição permanente **Marcas d'Água** - resultado de uma parceria com o Museu Municipal -, realizámos no dia 16 de Maio, coincidindo com as Comemorações do Dia Internacional das Histórias de Vida, a primeira sessão das **Conversas na Aldeia**.

Subordinadas à temática da água, convidámos a população a partilhar as suas memórias sobre minas, poços, fontes, chafarizes e tanques que habitam a aldeia, numa viagem pelo quotidiano na primeira metade do século passado, altura em que a água não corria nas torneiras das habitações [a água canalizada chegou em 1954].

A abertura de furos resultava, a maior parte das vezes, de obra do acaso. Seria previsível que, em determinado lugar, houvesse um lençol de água, dado a freguesia ter este recurso em abundância, facto comprovado pelo número de minas existentes, a maior parte proveniente da serra do Louro. Não obstante, a população recorria a poderes mágico-simbólicos - comuns na época -, de uma pessoa que, munida com uma forquilha de pau, assinalava com grande precisão o local de furo.





«Em meados do século XX, é que começou a aparecer aí o Alho. Era um senhor que vinha aí e esse é que sabia [onde estava] a água. Não se sabia onde é que havia água. Agora não. Agora já se sabe onde é que se faz o furo.»

Ti Celso, **Conversas na Aldeia**, maio de 2012

Quer as deslocações diárias aos chafarizes, para recolha da necessária água para consumo doméstico, quer as lavadeiras que semanalmente lavavam, coravam e faziam a barrela à roupa, foram evocadas.

«E quando era no inverno e não se podia pôr a roupa à cora, fazia-se a barrela. A minha mãe fazia assim: tinha um cesto de vime que forrava com um lençol velho ou um pano velho, e depois punha só a roupa branca para ficar corada; punha a roupa branca toda dobradinha dentro desse cesto e depois punha por cima um outro pano branco. À parte aquecia a água, e depois punha cinza por cima desse pano branco, e depois agarrava na água quente e vazava por cima, para a roupa não

encardir. Para a roupa ficar sempre branquinha. Não se usava detergentes, nem lixívia [apenas sabão].»

Maria Neves Matos, **Conversas na Aldeia**, maio de 2012

«Dantes aquilo era muito longe [Olhos d'Água]. lam de burro. (...) Aquilo não era nada construído [charco]. Era um buraco que tinha as pedras, e depois cada uma tinha a sua pedra. (...) Havia umas pedras que elas arranjavam na serra, ou em qualquer lado que houvesse uma pedra jeitosa para lavar. Depois levavam aquela pedra, fixavam ali a pedra e lavavam ali. Aquela pedra pertencia àquela pessoa, pronto. (...) Eu tinha uma lavadeira que ia de burro lavar lá.»

Maria do Carmo, **Conversas na Aldeia**, maio de 2012

O serão foi animado, e serviu, também, para perceber a empatia da população face a projetos desta natureza.

Assim, voltámo-nos a encontrar em setembro, para as **Conversas na aldeia – Grutas artificiais de Casal do Pardo. Um espaço de morte e de vida.**

Na noite de 21 de setembro, iluminados por archotes e pelo luar, deixámo-nos envolver pelo lado místico das Grutas de Quinta do Anjo, monumento nacional desde 1934.

Embora o objetivo tenha sido o mesmo, estas conversas revestiram-se de um caráter mais infor-



mativo, dado os participantes terem demonstrado grande curiosidade e interesse sobre a história e os vestígios arqueológicos.

Não obstante, soubemos que na primeira metade do século passado, para além da existência de



duas eiras, este lugar era frequentado especialmente pelas crianças da escola vizinha, que ali passavam o tempo de recreio:

«Quando a debulhadora ia na estrada, aquilo parecia uma festa. (...) E havia os trilhos que nós acompanhávamos sempre muito, que era para andarmos a cavalo. E dava jeito por causa do peso, para ter mais peso para debulhar melhor. E então os donos davam boleia aos rapazes pequenos, para a gente andar a cavalo.»

Leonel Vitorino **Conversas na Aldeia**, Grutas, setembro de 2012

«Eu andei na escola ali, e nas horas do intervalo a rapaziada vinha. A zona de recreio era na Cova dos Mouros. (...) Eu conhecia isto como as palmas da mão (...). Fazíamos lutas. (...). Aproveitávamos também para namorar (...) Espadas feitas das palmeiras, e eles usavam feitas de vimes, para haver distinção.»

António Simões Arocha, **Conversas na Aldeia**, Grutas, setembro de 2012

As peças arqueológicas, provenientes das primeiras escavações feitas no monumento, encontram-se no Museu Geológico e no Museu Nacional de Arqueologia. O Museu Municipal, no âmbito do projeto pedagógico **Um dia no Neolítico** - desenvolvido em parceria com a escola básica de Quinta do Anjo, no ano letivo 2003-04 -, produziu, com o apoio do **Espaço Fortuna - Artes & Ofícios** re-

produções livres que foram, nesta noite, passadas de mão em mão para que, mais do que o ouvir, os restantes sentidos pudessem ser amplificados face à sua importância.

Estas conversas, sobre as Grutas do Casal do Pardo, inserem-se num projeto mais abrangente de divulgação e sensibilização para a salvaguarda do monumento, de que fazem parte duas outras ações que visam envolver a população local.



Visita ao Museu Geológico

A 20 de outubro, visitou-se o **Museu Geológico**, que permitiu à população o contacto direto com o espólio arqueológico proveniente das grutas. Este Museu é um local indissociável do percurso arqueológico do monumento, porque corresponde à instituição responsável pela execução das primeiras intervenções arqueológicas, e porque é aqui que encontramos parte do espólio exumado, em exposição permanente.

Em Dezembro, no **Espaço Fortuna - Artes & Ofícios**, realizou-se um *workshop* de produção de cerâmicas, recorrendo ao processo de produção original. Os participantes tiveram a oportunidade de experimentar produzir/recriar uma taça campaniforme Palmela, seguida da sua fase de cozedura com recurso a técnicas ancestrais (3.º milénio a.n.e), compreendendo o porquê da sua forma, a sua simbologia e funcionalidade.

Quanto às **Conversas**, encontrar-nos-emos, proximamente, em outro lugar da aldeia de Quinta do Anjo. Porque queremos continuar a sentir, convosco, o nosso Património Cultural.

Teresa Sampaio (antropóloga)
e **Michelle Santos** (arqueóloga)
Museu Municipal de Palmela

nos bastidores...

Rostos do Museu

As profissões, tal como a vida, são efémeras. Também, tal como a vida, regem-se por princípios de crescimento e de aprendizagem, por fluxos de vínculos que se criam e se reproduzem. E há pessoas que nos marcam. Pessoas que nos fazem acreditar. Pessoas com as quais queremos trabalhar, pela alegria, altruísmo e humildade com que encaram a profissão.

Neste ano de 2012, a equipa do Museu Municipal de Palmela ficou reduzida. Acácio Martins e Flórida Lourenço passaram ao estatuto de **aposentados**, e embora tenham frisado estar disponíveis em regime de voluntariado, a verdade é que o nosso quotidiano está menos rico.

Acácio Martins, começou a trabalhar com 14 anos numa oficina de serralharia. Entre 1978 e 1989, trabalhou nos Bombeiros Voluntários de Palmela como motorista, embora ao longo da sua vida tenha desempenhado outras profissões, tais como vidreiro. Em 1998, integrou a Divisão de Património Cultural da Câmara Municipal de Palmela, onde ocupou a função de vigilante da exposição temporária «S. Thiago - Discípulo de Jesus e Fez Guerra Contra os Mouros». Em 2000, foi inaugurado o **Espaço de Transmissões Militares**, no castelo de Palmela, ficando o Acácio responsável pela sua vigilância. No quadro das tarefas que lhe foram atribuídas destacamos a conservação e manutenção das peças expostas, contabilização dos visitantes e disponibilização de informação aos públicos. Para além destas funções principais, foram-lhe atribuídas competências no Serviço Educativo, onde enriquecia as visitas ao castelo ao **encarnar** a personagem de um militar. Mas era também a ele que a equipa recorria para pequenos, às vezes bem grandes(!), arranjos: fossem portas e janelas, vitrines ou a construção de pequenas peças que integram as nossas maletas pedagógicas.



Acácio Martins, 58 anos, reformado desde agosto de 2012

«É uma experiência boa, a convivência com o público: fazemos amigos - alguns que não via há muitos anos, outros que acabam por regressar a este espaço (...) Mas eu como sou uma pessoa tímida, cada vez que vinha uma escola fazer a visita, para mim era uma dor de cabeça [ao dramatizar a personagem de um militar]. Embora eu soubesse aquilo que tinha para dizer, ficava nervoso. Mas depois de começar, aquilo passava. Quando era para adultos ainda era mais complicado. (...)»

«Sou multifunções. Costumo arranjar fechaduras das portas, corto vidros para alguma janela, corto os vidros para as exposições,... o que vier para fazer, faço. Se me pedirem não digo que não!»

Flórida Lourenço, antiga funcionária fabril, integrou a equipa com o objetivo de fazer vigilância da exposição temporária «Da Uva ao Vinho – Memórias de uma Coleção», em 2002. A exposição contava com um programa pedagógico dinâmico, onde, no final da visita, era dramatizado um teatro de fantoches. Rapidamente a Flórida se destacou na confeção dos materiais necessários: quer na execução das marionetas, quer na produção do cenário. Ficámos rendidos!

Nos últimos anos de serviço, a Flórida era parte integrante da equipa de Serviço Educativo, cabendo-lhe assegurar diferentes tarefas, desde a gestão dos recursos pedagógicos para as escolas, assim como era um apoio imprescindível na realização das próprias atividades, onde desempenhava distintos papéis com grande qualidade. A par do Serviço Educativo, cabia igualmente à Flórida apoiar diferentes áreas de intervenção da Divisão de Património Cultural, tais como a gestão das publicações, a minuciosa limpeza do acervo do museu, ou a vigilância de exposições.

«Eu quando tinha tempo livre disponibilizava-me sempre para ajudar (...) Acabei por ter tarefas em todo o lado! [risos] (...) Para além da vigilância fui sempre fazendo outras coisas. Depois, naturalmente, surgiu a oportunidade de ser parte da equipa do Serviço Educativo. (...) Comecei a assistir às visitas, a acompanhar as crianças. (...) Depois houve uma altura em que não havia pessoas para fazer as personagens, e eu fiz uma por outra, e acabei por depois fazer todas. (...) Eu acho que o trabalho com as crianças é sempre tão marcante, (...) vê-los bem dispostos nas atividades, vê-los a participar (...) isso é uma das coisas que nunca me vou esquecer, o entusiasmo deles quando vinham ver coisas diferentes.»

«Só tenho a agradecer a toda a gente que me ajudou neste meu processo, e não sendo um sonho meu antes, porque não tinha a mínima ideia do que era trabalhar num museu (...), ao fim ao cabo foi a realização de um sonho. Quando saí da fábrica nunca pensei vir a encontrar um trabalho destes, tão gratificante a todos os níveis. Até a nível familiar, porque a minha vida mudou tanto na minha casa: pelo horário, por aquilo que aprendi e que fui utilizando no meu dia a dia. Foi muito enriquecedor para mim.»



Flórida Lourenço, 56 anos, reformada desde agosto de 2012

Acreditando que ambos têm muito para dar e muito para descobrir nesta nova fase da vida, já com saudade, prestamos aqui a nossa homenagem.

Obrigado por terem partilhado um pouco de vós, connosco!

em investigação...

Palmela: Chão que dá Uvas (1945-1958)

Palmela, em pleno Estado Novo, vive, à semelhança de outras regiões do país, sustentada na vitivinicultura. Neste sentido, considerámos importante perguntar: Qual a expressão das culturas da vinha e do vinho, tanto no território como na vida das gentes?

A resposta é procurada neste artigo, no qual, mediante um exercício de contextualização e análise de fontes, caracterizamos os produtores de uva e de vinho, para lhes achar tanto a dimensão, como a condição.

No dia 27 de Janeiro de 1955, quando a intensidade das chuvas, deixaria, dia após dia, centenas de trabalhadores sem jorna, aguardando, em casa ou nas tabernas, o estio e o chamamento do patrão, a imprensa local acentua os motivos da preocupação, afirmando «*Há terras e aglomerados populacionais para os quais o vinho é o seu problema próprio porque ele constitui a sua maior e principal riqueza e dele depende toda a sua independência e prosperidade (...).*» (A Voz de Palmela, 27.01.1955:1,2).



Pesagem das uvas com balança de pilão, Palmela, 1945.
Fotógrafo: Ruy Emygdio Guedes Salgado

Neste período, o problema já não é apenas a condição de vida do trabalhador agrícola, tantas vezes tratada, mas a sustentabilidade do próprio sector vitivinícola local, face às condições adversas impostas a todos quantos se dedicam a esta cultura. Preço baixo das uvas e dificuldade de escoamento do vinho.

Sobre os estudos de apoio e as próprias fontes utilizadas importa dizer que, exceção feita para

a região do Douro, o panorama historiográfico nacional revela escassez de estudos específicos sobre vitivinicultura. Cenário onde são exceções autores como Orlando Simões (2003, 2006), que trata as políticas vitivinícolas no Estado Novo em Portugal, Dulce Freire (1997, 1999, 2006), cuja obra trata este mesmo período - nomeadamente a crise dos anos 30 na região do Oeste -, e Conceição Pereira (2007), dedicada à ação da Junta

Nacional do Vinho/Instituto da Vinha e do Vinho. Para esta escassez de estudos concorrem fatores como a dispersão da documentação dos diferentes institutos e ministérios que, ao longo do tempo, tutelaram a agricultura e a ausência de tratamento dos fundos documentais existentes, munindo-os com recursos que permitam a sua consulta ou sequer o seu conhecimento. São também raras as empresas que dispõem de arquivo histórico e, mesmo quando este existe, poucas vezes se encontra organizado. O Arquivo Histórico do Instituto da Vinha e do Vinho, essencial à escrita da História do vinho em Portugal, no período contemporâneo, não se encontra tratado, nem acondicionado em espaço que permita a sua consulta, ou sequer a devida conservação do seu insubstituível espólio. Exemplos felizes são projetos como o tratamento do arquivo da Empresa José Maria da Fonseca (Azeitão), em desenvolvimento pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), coordenado por Conceição Andrade Martins¹ e o acondicionamento e gestão do arquivo da **Casa do Douro** e de algumas «Quintas», pela Fundação Museu do Douro.

Relativamente à cultura da vinha e do vinho, foram instrumento relevante os **Relatórios de Tirocínio**, dos estudantes dos «Cursos de Engenharia Agronómica», da Escola Superior Agrária de Évora e do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, os **Relatórios da União Vitivinícola do Moscatel de Setúbal**, em depósito no Instituto da Vinha e do Vinho.

Apesar da riqueza de todas as fontes aqui descritas, sobretudo os **Inquéritos** e os **Estudos de Caso**, produzidos no âmbito do Plano de Fomento Agrícola pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, disponíveis nas diferentes bibliotecas e arquivos do Ministério da Agricultura, foram as memórias de quem estes documentos falam, que melhor nos deram a conhecer e sentir a vida aqui em análise.

ESPAÇO E TEMPO

Palmela é um concelho localizado a sul do Tejo, no distrito de Setúbal. Dispõe de um território com 459 km² de superfície que, nos finais da década de 40 do século XX, se encontra dividido em quatro freguesias: Palmela, S. Pedro de Marateca, Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Ao seu redor, a norte, os concelhos do Barreiro,

Moita, Montijo e Benavente; a sul, Setúbal; a nascente, Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Montijo e, a poente, Seixal e Setúbal. Concelhos vizinhos que, sendo alguns igualmente rurais e outros já urbanos, mantêm entre si relações de dependência, movimentos de idas e vindas, fluxos e refluxos de gentes e bens, cuja influência, não estando aqui em análise, será naturalmente determinante para o desenvolvimento deste lugar.² Aliás, a proximidade com Setúbal, Almada, Montijo, Moita, Barreiro e Almada que, em 1930, se encontram entre os lugares do país com índices de densidade populacional mais elevada não pode ser indiferente (Girão: 1941).

Nas décadas de 40 e 50, tem um chão de 459 km², com cerca de 17.792 ha de terra que **dá uva**, ocupando 71% do solo agrícola. Aqui trabalham 2.620 viticultores e mais de uma centena de milhar de braços que, durante o ano agrícola, acodem às diferentes exigências da videira. Deste fruto vivem 1.949 vinicultores. Uns e outros vivendo sujeitos às imposições do seu tempo, do seu espaço e da sua condição.

No tempo, as heranças de um percurso longo, trilhado desde meados do século XIX, que parte e reparte a terra, colocando-a a produzir. Não, não se trata aqui da colonização interna tão proclamada e defendida, que se instituiria por decreto, mas da «espontânea» que aqui foi acontecendo, apenas por força da vontade. Para uns, de rentabilizar a terra que possuem, dando-a em arrendamento; para outros, muitos, a necessidade de ter um chão, que os proteja dos magros vencimentos do trabalho das jornas ou do sempre presente drama do desemprego.

Em Palmela, como no restante país, a vinha difunde-se com vigor, sobretudo a partir do séc. XIX. A videira, sendo generosa com a natureza, expandindo-se até onde o clima é mais inóspito ou a terra mais pobre, é exigente com as pessoas, impondo-lhes um ano cheio de muitos e rigorosos trabalhos. É, por isso, uma das principais fontes de salários.

Chegados à década de 40 e 50, a economia vitivinícola apresenta os males de que já padece desde meados do século XIX: falta de organização na produção e no comércio, de onde deriva o excesso de produção de vinho (de má qualidade) e a dificuldade de escoamento. Tal situação, ou a «questão

¹ Sobre este projeto consultar Martins, 2007.

² Sobre as características de cada um dos concelhos durante o Estado Novo consultar: *O Distrito de Setúbal, Breve Resenha Histórica*, 1966.

vinhateira», não é tranquila. De «*crise em crise*», utilizando a expressão de Dulce Freire (1997:11), trazidas frequentemente, ora pelo excesso de produção, ora pela dificuldade de escoamento, a vinha e o vinho seguem como culturas protegidas face à importância económica e social que detêm.

Em 1955, a imprensa local, face aos problemas nacionais do sector vitivinícola, sublinha a importância primordial que a uva e o vinho têm neste território, questionando: «*o que seria de Palmela, pois, e como se viveria aqui se não fora os seus extensos vinhedos, onde quase permanentemente todos empregam a sua actividade?*» (in *A Voz de Palmela*, 27.01.1955:1, 2).

Em Portugal, nas décadas citadas, são postas em marcha medidas reguladoras com vista à autossuficiência nacional, nomeadamente do sector agrícola, e é anunciada, no I Plano de Fomento (1952-58), a ambição da industrialização, à qual a lavoura deve submeter-se.

Período que se constitui historicamente como um momento de chegada, mas igualmente de partida. Chegada de um percurso longo, iniciado na segunda metade do século XIX, altura em que se assiste neste território a um intenso movimento de arroteamento dos solos, por força de uma política nacional de fomento da exploração da terra, que agora se acha cumprida. Partida, já que com a década de 60, e mediante execução do II Plano de Fomento (1959-1964), chega ao distrito de Setúbal a assertiva expansão e consolidação da indústria permitindo que muitos, antes ocupados com a lavoura, sigam agora o caminho das fábricas.

Estudar este período de “espera”, habitado por uma mão-de-obra agrícola, com fome de terra, mas sobretudo de trabalho, dos proprietários, por essa mesmas causas, ainda resistentes à mudança e do poder político sempre tentado a “apaziguar”, para fazer “durar”, permite-nos entender as reações locais às medidas agrárias do Estado Novo, mais conhecidas num plano nacional.

Já avançando na resposta à questão inicial, adiantamos que tinham razão todos os que, na imprensa local, alertam para os perigos da continuidade das “crises do vinho”, não exageram os que não vislumbram uma estabilidade económica e social que não passe pelo apoio ao sector vitivinícola, nem tão pouco são irrealistas os que temem o aumento do desemprego, por força do crescimento da floresta.

UTILIZAÇÃO DO SOLO: FORMAS E NORMAS

Neste período, 22.731 ha, 50% do território, mostra um rendilhado de pequenas courelas, fruto de arrendamentos, na sua maioria, já remidos. Em cada uma delas, a presença de casas acanhadas rodeadas, sempre que existe água, por hortas e pomares, mas também, e sempre, independentemente das características do solo, de fileiras de videiras. Pequenas manchas de vinha, tratadas por “pequenos” e “pequeníssimos” proprietários, que unidas transformam o território concelhio num vastíssimo vinhedo. Aqui vive a maioria a população, dependente das uvas que possam vender e ou vinificar.

Neste tempo, a presença também de grandes herdades lembrando o passado da gestão da terra e os seculares latifúndios que ocupam ainda, 21.669 ha, ou seja, 47% do solo. Referimo-nos às herdades de Rio Frio, Zambujal, Algeruz, Casa Palmela, Quinta da Torre. Antigas, extensas, produtivas e importantes fontes de salários. Aqui já não é a vinha que impera. Evidenciando já os sinais da mudança que haverá de ocorrer, os seus proprietários revestem estas terras de pinhais, montados e eucaliptais, preparando-se para a implantação assertiva da indústria que se apressa em chegar.

HEGEMONIA DO VINHO

Neste cenário, a agricultura, com 24.940 ha (54%) e a floresta, 20.509 ha (45%) disputam a ocupação do solo. O vinho, como sector protegido, pesem embora as limitações do plantio, alimenta a motivação para a plantação de videiras; o arroz, bastante lucrativo, invade os vastos paus e a importância económica da madeira e da cortiça estimula a manutenção e a instalação de grandes manchas de pinhal e montado de sobro. Mas, se a floresta e o arroz ganham espaço na grande propriedade, é a vinha que está presente nas pequenas courelas e na vida de quem as trabalha, sempre dependente também das condições do espaço.

A instabilidade do sector e as flutuações do preço do vinho lesam, em primeiro lugar, o pequeno viticultor que não tem outra opção que não seja aceitar o preço que o comprador entende ser o certo e o possível.

Todos os anos, após a vindima, a uva é vendida diretamente ao fabricante do vinho, que vinifica de sua conta. Segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho* (1951) «*este pode ser ar-*

mazenista, oportunista, ou mesmo outro viticultor». Os pequenos viticultores, sem capacidade de vinificar, sujeitam-se aos preços que os comerciantes entendem ser o mais justo. A vinha cumpre um significativo papel social de dar emprego, mas o pequeno vinicultor vende o fruto do seu trabalho, ano, após ano, quase sem lucro, perpetuando a sua antiga condição de carência e fragilidade.

Como recorda Jaime Caldeira, adegueiro: «*davam pouco dinheiro pelas uvas (...). Outras vezes nem ofereciam, a gente vendia as uvas, depois eles mandavam apanhar todos os anos e depois eles é que marcavam o preço (...). Diziam: - Este ano correu X e a gente tinha de se sujeitar.*»³

Vinificar evitaria tal vulnerabilidade e prejuízo, mas construir e equipar uma adega é projeto a que apenas 555 dos 2.620 viticultores puderam aspirar. A escassez de lucro do pequeno viticultor não lhe permite tal investimento ou risco.

O vinho é produzido, principalmente, por pequenos e médios produtores (87%) que dependem igualmente de intermediários para escoar as suas produções privando-os do lucro que poderiam ter. Os desequilíbrios do mercado vão causando os seus danos e fazendo aumentar o coro dos que acreditam na solução do cooperativismo. Nas memórias de Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos: «*Fez-se a adega cooperativa para salvar os agricultores (...). Os armazenistas de vinhos, ninguém queria que se fizesse a adega cooperativa, porque iria roubar o lucro (...). Houve uma meia dúzia de lavradores (...) que se puseram à cabeça e faz-se e faz-se... e fez-se mesmo.*»⁴

Em 1958, é inaugurada a Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, já com 50 associados.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Neste contexto, para os grandes proprietários, a condição da posse da terra é a continuidade de uma herança e a possibilidade de viver com o desafogo, que vai sendo permitido, quer pela política de baixos salários e estabilização dos preços dos produtos agrícolas, quer pela manutenção da antiga estrutura fundiária. Refiro-me, sobretudo, aos proprietários das grandes herdades.

Para os pequenos proprietários, **ter terra** significa por um lado uma bênção, porque uma conquista de algo que há muito lhe foi negado, mas também

um castigo e uma escravatura, que mesmo em momento de maior precariedade o aprisiona à sua condição. Se têm agora um solo, a que podem chamar seu, e onde esgotam todas as horas livres do trabalho do patrão, este não o sustenta. Constituem os “pequeníssimos” e os “pequenos” viticultores e vinicultores a quem os apoios da Junta Nacional do Vinho não chegam, nem socorrem as esperanças da cooperação. São estes trabalhadores que perpetuam o rosto do território e de quem falam tantos estudos que classificam de “atrasada” a agricultura no Estado Novo. Mas que outras alternativas existem?

A terra é escassa, não pode retribuir em fruto e abundância, o que tanto o viticultor lhe ofereceu em esforço, votando-o à dependência das jornas dos proprietários das terras vizinhas. Mas há muita gente, demasiada, e escassez de trabalho tanto na terra, como fora dela.

A uva, tão exigente em tratamentos e mão-de-obra, é vendida quase sem lucro. Mas será opção arrancar uma vinha à qual se dedicou dezenas de anos, quem sabe diferentes gerações, de muitos e zelosos cuidados? E se no ano seguinte a situação melhora? Arrancar, para voltar plantar o quê? Mesmo quando a vinha dá escasso lucro, é sempre mais vantajosa que deixar improdutivo uma terra na qual tanto se investiu, e que pouca capacidade tem para o desenvolvimento de outra cultura. Além disso, face à proteção estatal, o vinho encontra sempre comprador, logo as uvas, mesmo sem grande lucro, encontram o mesmo destino, garantindo o numerário de que as explorações agrícolas e o agregado doméstico carecem.

A tecnologia é escassa, mas é também a adequado à dimensão da terra e ao nível de investimento que o seu proprietário pode fazer.

Os salários são baixos e incertos. A sazonalidade dos trabalhos impõe a sua lei e nos meses de dezembro e janeiro não há sequer o que fazer. Mas existe alternativa? A estrutura fundiária assentou sempre na abundância de mão-de-obra, paga com salários baixíssimos e livres de concorrência. Perante esta situação os grandes proprietários usufruem das vantagens trazidas pelo acesso a uma mão-de-obra abundante e silenciosa.

O campesinato, sem recursos ou alternativas para esperar outra condição, entrega-se ao que conhece e precisa: terra para viver e trabalhar. Aos olhos do

³ Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

⁴ Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

regime, encontra-se no lugar certo. Está agarrado à sua terra, logo mais distante das “tentações” da emigração ou da oposição frontal ao regime e mais próximo das grandes herdades, onde constitui a mão-de-obra barata, necessária aos baixos preços dos produtos agrícolas. É suposto permanecer assim.

É a realidade aqui analisada, que mantém o país num “compasso de espera” entre a “ruralidade” que agora esmorece e a “industrialização” que se apressa em chegar. Este cenário irá mudar, mas neste período, ainda é a terra, a agricultura e a vinha que, como vimos, coloniza amplamente o solo e acolhe ou “aprisiona” grande parte da população. Nos relatos de todos os agricultores, que conosco partilharam as suas memórias, igual lamento no esforço de recordar a vida aqui descrita. Em todos os discursos, variações da mesma exclamação “*Deus nos livres a todos, de um dia esse tempo regressar!*”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

A Voz de Palmela, 27.01.1955.

Inquérito Agrícola e Florestal, Concelho de Palmela (1951), Lisboa: Plano de Fomento Agrário.

O Distrito de Setúbal, Breve Resenha Histórica, 1966.

Fontes Orais

Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Bibliografia

BAPTISTA, F. Oliveira (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto: Edições Afrontamento.

BAPTISTA, F. Oliveira (1996), “Declínio de um Tempo Longo”, in *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.

CALDAS, E. de Castro (1991), *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*, Lisboa: INIC.

FREIRE, Maria Dulce (1997b), *Produzir e Beber. A vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, dissertação para obtenção do grau de Mestre em História dos

Séculos XIX-XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GIRÃO, A. de Amorim (1941), *Atlas de Portugal*, Coimbra.

LAINS, Pedro (2003), *Os Progressos do Atraso, Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MARTINS, Conceição Andrade (1998), “José Maria dos Santos, Contributos para a História da Associação Central da Agricultura Portuguesa”, in *Lavoura Portuguesa, 1997-1998*, Associação Central da Agricultura Portuguesa.

IDEM (2007), *Importância das empresas familiares para a História Económica e Social: o Arquivo Histórico da José Maria da Fonseca Suc*” (em col. com Ana Fernandes Pinto e Rita Almeida de Carvalho), 2.º Congresso Internacional de Arquivos Empresariais. Arquivos de Empresa. Fontes para a História Económica e social, Lisboa, Núcleo de Estudos de História Empresarial.

MARTINS, J. Silva (1973), *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Vol. I, Lisboa: Prelo.

PEREIRA, Maria Conceição (2007), *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937 – 1986)*, Dissertação apresentada à Universidade Aberta para a obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa.

SIMÕES, Orlando (2006), *A Vinha e o Vinho no Século XX*, Oeiras: Celta Editora.

Cristina dos Reis Prata

Técnica Superior do Museu Municipal de Palmela Investigadora no projeto “Agricultura em Portugal: Alimentação, Desenvolvimento e Sustentabilidade (1870-2010)”, PTDC/HIS-HIS/122589/2010 coordenado por Dulce Freire.

património concelhio em Documentos

Palmela na Grande Guerra (1914-1918)

Os militares naturais do concelho de Palmela mortos em combate e os militares condecorados e louvados pela sua ação na Flandres, integrados no CEP - Corpo Expedicionário Português em 1917 – 1918.

A presença militar dos naturais de Palmela, na Grande Guerra, foi identificada através da consulta de 162 registos de Sargentos e Praças incorporados no Regimento de Infantaria 11, aquartelado em Setúbal, em pesquisa efetuada no Arquivo Geral do Exército e no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa. A investigação, em curso, permitirá detetar os Oficiais naturais do concelho de Palmela.

Num primeiro momento, importa referir a existência do registo no Arquivo Histórico Militar dos nomes dos seis militares mortos em combate na Frente Ocidental, na Flandres, participantes do CEP - Corpo Expedicionário Português. Confirmam-se tais registos na consulta das fichas de assentamento de praça do Regimento de Infantaria n.º 11 existentes no Arquivo Geral do Exército.

A riqueza da informação disponível nestes registos permite-nos ainda encontrar os nomes de cinco militares, condecorados e louvados, com descrição dos factos e datas que deram origem àquelas distinções.

De referir, também, um conjunto vasto de militares condecorados com a *Medalha de Cobre Comemorativa das Campanhas do Exército Português em França 1917 – 1918* (1918) e com a *Medalha Comemorativa da Vitória* (1919).

Palmela em África e na Flandres

Os militares de Palmela participaram no esforço de Guerra nas frentes de batalha do sul de Angola, do norte de Moçambique e na Flandres.

Temos o registo de 6 militares que serviram em Angola, 17 em Moçambique e 147 na Flandres, sendo que 8 destes homens serviram nos dois teatros de guerra, primeiro no africano e, depois do regresso à metrópole, embarcaram para a frente de guerra europeia.

O caso mais impressionante foi o de Luíz Inácio de Mendonça Furtado, Soldado de Infantaria 1, nascido na vila de Palmela. «Destacou para a província de Angola em 10 de Dezembro [de 1914]. Embarcou neste dia. Embarcou de regresso à metrópole em 3 de Fevereiro de 1916. Embarcou para França em 27 de Maio de 1917.»¹ «Faleceu na 1ª linha, por virtude de ferimentos recebidos em combate, em 29 de Setembro de 1917, sendo sepultado no British Cemetery Combray Chateau, coval n.º 28.»²

«Do ponto de vista militar, Portugal viria a combater em três frentes de batalha e em dois teatros de guerra.

Primeiro, e ainda durante a neutralidade, no teatro de guerra africano, em duas frentes: Angola e Moçambique.

Depois, com a entrada em guerra e a beligerância, no teatro de guerra europeu, na frente ocidental da Flandres.

Sem que o estivesse, *de jure*, Portugal estava, *de facto*, em guerra desde meados de 1914. Tudo se passava, porém, num teatro secundário e periférico, que, (...) não obrigara a uma declaração de guerra, nem sequer à beligerância.»³

Palmela na Batalha de La Lys

A presença de Palmela na Batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918, concretiza-se com o registo de 84 homens só nas duas primeiras linhas: 31 militares em Infantaria 1 na primeira linha e mais 53 em Infantaria 11 na segunda linha, em apoio a Infantaria 1.

Francisco Pessoa, Soldado de Infantaria 1, nascido na Venda do Alcaide, é morto em combate na primeira linha da Batalha de La Lys, desconhecendo-se o local da sua sepultura.⁴

¹ Ficha de Luíz Inácio de Mendonça Furtado, Arquivo Geral do Exército

² Ficha do CEP (cópia) de Luíz Inácio de Mendonça Furtado, Arquivo Geral do Exército

³ TEIXEIRA, 1998, p.62

⁴ Ficha de Francisco Pessoa, Arquivo Geral do Exército

Manuel d'Oliveira Lourenço, Soldado de Infantaria 1, nascido na Venda do Alcaide, foi condecorado com a «Cruz de Guerra de 4ª classe porque no dia 9 de Abril de 1918 se manteve com a maior coragem no seu posto, não obstante o violento e demorado bombardeamento, deixando de fazer fogo só depois de esgotadas as munições, tendo o cuidado de destruir a metralhadora [antes de retirar].»⁵

Batalha de La Lys – linhas de defesa

Os militares de Palmela, na Batalha de La Lys, incorporaram na sua maioria os Batalhões de Infantaria 1 e de Infantaria 11. No entanto, ao longo do conflito na Frente Ocidental, Palmela esteve presente no Regimento de Infantaria n.º 4, no Regimento de Infantaria n.º 16, no Regimento de Artilharia n.º 1, no Regimento de Artilharia n.º 2, no Regimento de Artilharia n.º 3, no Regimento de Artilharia n.º 7, no Grupo d'Artilharia de Guarnição, no Grupo de Baterias d'Artilharia a Cavalos, no 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, no 2.º Batalhão de Artilharia de Costa – Corpo de Artilharia Pesada Independente, no Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-ferro, no Regimento de Sapadores Mineiros e na 4.ª Companhia 1.º Grupo Companhias de Saúde.

No teatro de guerra africano, Palmela participou no Regimento de Infantaria n.º 11, no Grupo d'Artilharia de Guarnição e no 1.º Grupo de Metralhadoras em Angola e no Regimento de Artilharia n.º 1, no Regimento de Artilharia n.º 3, no Regimento de Cavalaria n.º 5, no 1.º Grupo de Metralhadoras, na 4ª Companhia de Subsistência e na Administração Militar em Moçambique.

«O sector ao cuidado do CEP, que variou entre onze e dezoito quilómetros com uma frente de quatro a onze quilómetros de acordo com os condicionalismos da campanha, localizou-se no vale do rio Lys, de Armentières a La Bassée, de Merville a Béthune, no Sul da Flandres. (...)

Neste âmbito, o CEP vai distribuir as suas tropas em três diferentes espaços mas complementares, abrangendo inicialmente uma frente de 10 600 metros:

1ª linha de defesa — constituída por duas linhas (A e B) de trincheiras (ligadas por trincheiras

de comunicação em ziguezague) e por postos localizados entre essas linhas para apoio das mesmas (a zona ocupava ao todo 1500-1800 m de profundidade);

linha intermédia ou linha das aldeias — distante da linha A cerca de 3000 metros, era constituída por aldeias em ruínas organizadas defensivamente, encontrando-se à retaguarda as posições de artilharia;

2ª linha de defesa ou linha do corpo — distante da linha A cerca de 6000 metros, era constituída por grandes obras de fortificação de campanha, cobrindo as principais vias para oeste.»⁶

Batalha de La Lys – breve cronologia

«**9 de Abril - 4h15** - Estalou sobre toda a frente portuguesa um tremendo bombardeamento que começou por atingir os postos de comando dos batalhões e das brigadas; quase todas as comunicações para a frente e para a retaguarda ficaram cortadas.

9h00 - 10h00 - São dadas como presentes nas linhas A e B as primeiras tropas de Infantaria alemã.

A cadência de tiro das peças e obuses portugueses teve de ser reduzida porque os tubos estavam superaquecidos.

12h00 - Os comandos dos batalhões e das brigadas portuguesas começam a ficar prisioneiros dos alemães que apareciam por detrás.

13h00 - Praticamente já todas as peças de artilharia portuguesas se tinham calado ou por falta de munições ou porque a proximidade dos alemães levou à destruição das armas.

10 de Abril - 10h30 - As tropas britânicas que combatiam nas trincheiras fora do reduto acabaram por se render aos alemães, que já as cercavam.

11h30 - Os alemães mandam um parlamentar ao fortim para negociar a rendição. Qualquer resistência era inútil. Combinaram-se os pormenores da saída das tropas.

12h00 - Quando saíam desarmados, os últimos resistentes do fortim de Lacouture foram metralhados pelos alemães.

O fogo cessou, mas ainda houve feridos e mortos portugueses e britânicos.»⁷

⁵ Ficha de Manuel d'Oliveira Lourenço, Arquivo Geral do Exército

⁶ MARQUES, 2004, pp. 106-107

⁷ FRAGA, 2010, p. 415

2/8019

COPIA



Domingues
Jap

1.º Corpo Expedicionario Português

Serviço de Estatística

Modelo A

(a) 6.ª B.ª de Inf.ª
(b) 1.º Batalhão

(c) Infantaria 1
(d)

Placa de identidade n.º 59591

Boletim individual de (e) Luiz Ignacio Mendonça Furtado

(f) soldado n.º 619 da 2.ª companhia de estado solteiro

(g) , filho de João Luiz Mendonça

Furtado. e de Ermelinda da Conceição

natural de Palmela, concelho de Setubal. O parente vivo mais proximo é

sua mãe residente em Palmela, concelho

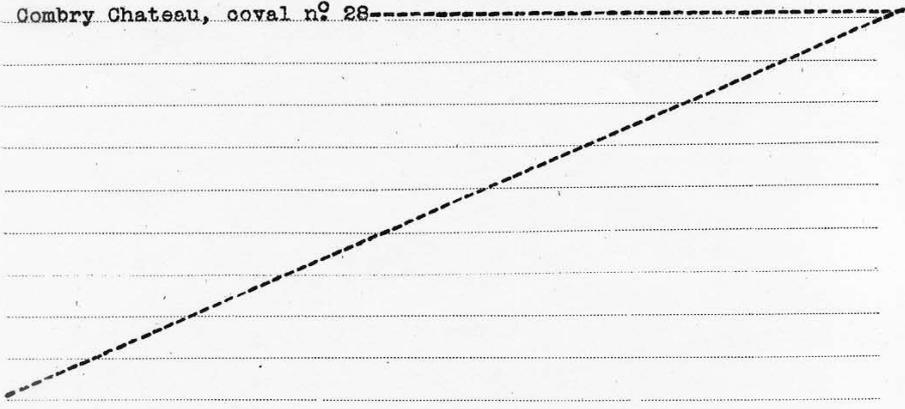
de Setubal.

Embarcou em Lisboa em 27 de Maio de 1917

Faleceu em França em 29 de Setembro de 1917

Observações

Faleceu na 1.ª linha, por virtude de ferimentos recebidos em combate, em 29 de Setembro de 1917, sendo sepultado no British Cemetery Combray Chateau, coval n.º 28



(a) (b), (c) e (d) indicação do regimento, batalhão, formação, grupo, companhia, esquadrão ou bateria de que o no-

Ficha do CEP (cópia) de Luiz Inácio de Mendonça Furtado, Arquivo Geral do Exército

Pedro da Costa Frescata, nascido a 29 de Junho de 1895 em Vinha da Bixa, paróquia de Palmela e Marateca. Trabalhador, Solteiro, Analfabeto. Soldado, Regimento de Infantaria n.º 11 – CEP. Embarcou para França em 25 de Julho de 1917. «Ferido em campanha por intoxicação de gases em 6 de Janeiro de 1918. Faleceu em campanha por ferimentos em cabeça no dia 14 de Março [de 1918].» Serviço ativo: 1916 – 1918.¹⁴

(*) Recordamos que, entre 1855 e 1926, o concelho de Palmela esteve integrado no de Setúbal; a restauração da autonomia administrativa deu-se em Novembro de 1926; as freguesias de Quinta do Anjo e Pinhal Novo foram criadas em 1928; a de Poceirão, em 1988.

¹⁴ Ficha de Pedro da Costa Frescata, Arquivo Geral do Exército

Militares de Palmela condecorados e louvados

José Luiz Cipriano, nascido a 2 de Fevereiro de 1892 na Freguesia de S. Pedro de Palmela, em Quinta do Anjo. Trabalhador, Solteiro, Ler escrever e contar (4.º grupo). 2.º Sargento Miliciano, Enfermeiro, 4ª Companhia, 1.º Grupo Companhias de Saúde – CEP. Durante o Serviço: 2.º grau da escola de enfermeiro em 1916. Embarcou para França em 22 de Março de 1917 e regressou de França em 5 de Março de 1919. Serviço ativo: 1913 – 1919. «Louvado pelo zelo e dedicação de que deu provas no desempenho dos seus cargos durante a última epidemia (1918). Medalha Comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda *França 1917 – 1918* [1918].»¹⁵

Manuel d’Oliveira Lourenço, nascido a 27 de Janeiro de 1893 na Freguesia de Palmela e Marateca, na Venda do Alcaide. Trabalhador, Solteiro, Analfabeto. Soldado, Regimento de Infantaria n.º 1 – CEP. Embarcou para França em 27 de Maio de 1917 e regressou de França em 18 de Janeiro de 1919. Serviço ativo: 1914 – 1919. «Cruz de Guerra de 4ª classe porque no dia 9 de Abril de 1918 se manteve com a maior coragem no seu posto, não obstante o violento e demorado bombardeamento, deixando de fazer fogo só depois de esgotadas as munições, tendo o cuidado de destruir a metralhadora [antes de retirar].»¹⁶

Manuel Jorge Canastra, nascido a 25 de Janeiro de 1894 na Freguesia de Palmela e Marateca, na Lagoinha. Trabalhador; Solteiro; Analfabeto (1.º grupo). Soldado, Regimento de Infantaria n.º 1 – CEP. Embarcou para França em 27 de Maio de 1917 e regressou em 16 de Abril de 1919. Serviço ativo: 1915 – 1919. «Medalha de Cobre Comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda na passadeira “França 1917 – 1918” (1918). Cruz de Guerra de 3ª classe, porque fazendo parte do posto que foi mais atacado pelo inimigo no raid de 23 de Novembro de 1917 e sendo intimado pelos atacantes a render-se, não o fizeram, respondendo com intenso fogo, do que resultou serem feridos um oficial e um soldado alemães, mostrando muita valentia, coragem e uma lúcida compreensão dos seus deveres.»¹⁷

Manuel Marques Marçalo, nascido a 14 de Dezembro de 1894 na Freguesia de S. Pedro de Palmela, na Cascalheira. Trabalhador, Solteiro, Ler e escrever mal (2.º grupo). Soldado, Atirador especial, fazendo parte da 7ª Bateria de Morteiros 7,5 do CEP, Regimento de Infantaria n.º 11 – CEP. Embarcou para França em 8 de Agosto de 1917 e desembarcou em Lisboa em 25 de Janeiro de 1919 de regresso do CEP. Serviço ativo: 1915 – 1919. «Louvado por ter durante a ação da noite 9/10 de Março de 1918, mantido uma notável disciplina de fogo e grande serenidade durante o bombardeamento realizado na citada noite. Medalha de Cobre Comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda na passadeira “França 1917 – 1918” (1918). Medalha da Vitória (1920).»¹⁸

Victor Batista Paisinho, nascido a 2 de Janeiro de 1893 na Freguesia de Palmela e Marateca. Trabalhador, Solteiro, Analfabeto. Soldado, Regimento de Infantaria n.º 1 – CEP. Embarcou para França em 27 de Maio de 1917 e regressou de França em 17 de Abril de 1919. Serviço ativo: 1915 – 1919. «Cruz de Guerra de 4ª classe porque durante o combate de 9 de Abril de 1918, sendo ordenança, esteve sempre pronto a estabelecer o serviço de ligações indo por diversas vezes por toda a 2ª linha transmitir ordens, sempre com a maior boa vontade e coragem.»¹⁹

¹⁵ Ficha de José Luiz Cipriano, Arquivo Geral do Exército

¹⁶ Ficha de Manuel d’Oliveira Lourenço, Arquivo Geral do Exército

¹⁷ Ficha de Manuel Jorge Canastra, Arquivo Geral do Exército

¹⁸ Ficha de Manuel Marques Marçalo, Arquivo Geral do Exército

¹⁹ Ficha de Victor Batista Paisinho, Arquivo Geral do Exército

Conclusão

A participação militar de Palmela na Grande Guerra não se esgota com este breve estudo. No interessante universo de registos encontrados, podemos estudar a origem socioeconómica dos militares, as habilitações literárias, a distribuição geográfica da sua origem nas localidades das então Freguesias de S. Pedro de Palmela e de S. Pedro da Marateca, ao tempo integrantes do concelho de Setúbal. Pretende-se ainda localizar os nomes dos Oficiais naturais de Palmela, recorrendo a um sistema de investigação e pesquisa no Arquivo Geral do Exército e no Arquivo Histórico Militar, que por triangulação e por exclusão dos registos já encontrados, permitam localizar os nomes dos Oficiais naturais do nosso concelho.

O estudo de uma realidade tão dramática como a guerra, valoriza o esforço e a dedicação daqueles que deram o seu esforço e o sacrifício das suas vidas em defesa de valores patrióticos, que o Estado e República consideraram vitais para a afirmação dos interesses de Portugal, no quadro geopolítico e militar internacional dos inícios do século XX.

Pretende também contribuir para trazer ao conhecimento público os nomes os factos e o papel desempenhado por homens naturais do concelho de Palmela, num tempo que para a Memória coletiva já se encontra algo distante, mas suficientemente próximo para restabelecer as ligações com os antepassados das gerações que reconhecerão os nomes e passarão a conhecer os factos associados ao esforço, ao sacrifício e à coragem de um tempo difícil, que a todos importa não esquecer.

Nuno Neto Monteiro
Técnico Superior
Arquivo Municipal de Palmela

Fontes

Fichas do CEP – Corpo Expedicionário Português, Militares naturais das Freguesias de S. Pedro de Palmela e de S. Pedro da Marateca, Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Fichas de assentamento de praça do Regimento de Infantaria n.º 11, Setúbal, para os militares naturais das Freguesias de S. Pedro de Palmela e de S. Pedro da Marateca, nascidos em 1892, 1893, 1894, 1895 e 1896, Arquivo Geral do Exército, Lisboa

Bibliografia

FRAGA, Luís Alves de – *La Lys – A Batalha Portuguesa*, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - **Portugal e a Grande Guerra 1914. 1918**, Lisboa: Quidnovi, 2010

MARQUES, Isabel Pestana, **1914 – 1918. Comportamentos de Guerra**, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.), - **Nova História Militar de Portugal. Vol. 5**, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004

TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.), – **Portugal e a Guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (séculos XIX e XX)**, Lisboa: Edições Colibri, IHC / FCSH / UNL, 1998

a não esquecer...

Maletas itinerantes: valor educativo-pedagógico

Nos dias 16 e 23 de outubro, decorreu no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela uma formação sobre recursos educativos, destinada a professores e educadores. Esteve também patente uma exposição subordinada ao mesmo tema, que encerrou a 30 do mesmo mês.

A formação contou com uma sessão de caráter teórico, da responsabilidade da Dra. Margarida Chaves (coordenadora interconcelhia da RBE), e duas sessões práticas da responsabilidade do Museu Municipal de Palmela, da ENA (Agência de Energia e Ambiente da Arrábida) e da Dra. Alexandra Furtado (coordenadora das Bibliotecas Escolares).

No que diz respeito ao Museu Municipal de Palmela, cuja prática de conceção de maletas remonta à década de 80 do século passado, foram apresentados alguns dos recursos – maletas e cadernos pedagógicos - sobre o património cultural do concelho. Estiveram em foco as maletas *Museu de mão-em-mão*; *Pão da Serra do Louro* – à descoberta dos Moinhos; *Os Caramelos*; *Gigantes, Cabeçudos e outras coisas do arco-da-velha*, assim como os cadernos pedagógicos disponíveis, na página da autarquia, que visam tornar cada vez mais acessível a partilha de informação.



Caderno Pedagógico «Eu Sou História e Património», Museu Municipal de Palmela

No final da ação, foi solicitado aos presentes que preenchessem uma pequena ficha de avaliação, no sentido de apurar o interesse pelos recursos apresentados. Da análise ao questionário, destaca-se a unanimidade de resposta sobre a importância das maletas enquanto ferramenta de trabalho que *facilita o ensino-aprendizagem de forma lúdica-didática; porque permite antecipar a visita ao Museu, despertando a curiosidade dos alunos.*

A vasta relação de objetos que integram as maletas foi considerada um dos aspetos mais positivos pois, para além de incentivarem à criatividade, estimulando todos os sentidos, mobilizam também o lado emotivo, fundamental na

criação de laços e na sedução p e l o s temas abordados.

Todos os profes- sores/educa- dores presentes

se mostraram disponíveis

para trabalhar em parceria com o Museu, no sentido de melhorar as maletas existentes e/ ou na criação de novas ferramentas pedagógicas. Esta mobilização demonstra a importância destes recursos, assim como abre novos caminhos na relação entre o Museu e a Comunidade Educativa.

«*Encurta distâncias e rentabiliza o ato educativo.*»

Opinião expressa por professor de História do 3.º ciclo, em ficha de avaliação da ação de formação, Palmela, outubro de 2012



Maleta FIG

Teresa Sampaio
Antropóloga

Museu Municipal - Serviço Educativo

sites a consultar



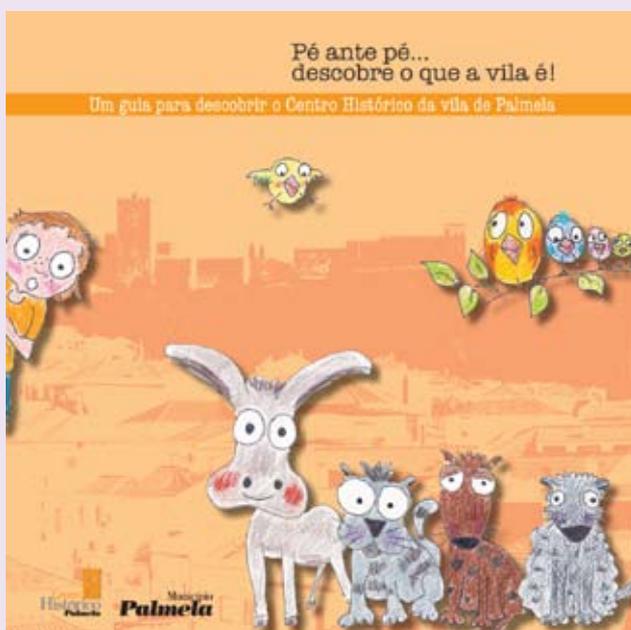
Centro Histórico da Vila Palmela
- prepare a sua visita!
<http://centrohistorico.cm-palmela.pt>

Visitar Palmela em 360°

Descarregue o roteiro Patrimónios

Arqueologia no Centro Histórico

**Guia pé-ante-pé...
descobre o que a vila é!**



CADA NÚMERO, UM JOGO... com números e letras

Sabendo que **A = 1, P = 16 e Z = 26**,
descobre a distinção que foi atribuída a Palmela em 2012.

16, 1, 12,13,5,12,1 / 3,9,4,1,4,5 / 5,21,18,15,16,5,9,1 / 4,0 / 22, 9,14,8,15



(Solução: Palmela. Cidade Europeia do Vinho. 2012)

edições em destaque

fundos documentais para consulta pública

Museu Municipal de Palmela

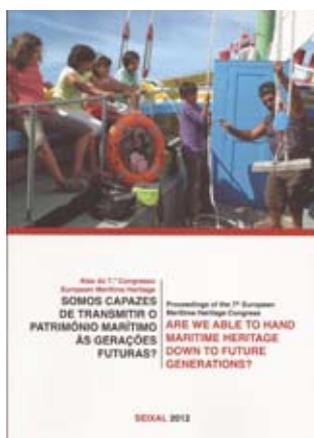


GODINHO, Paula (Coord.) – **Usos da memória e práticas do património**, Lisboa: Edições Colibri/IELT-UNL/FCSH, 2012

GEsOS



AAVV (Direção de José António Falcão) – **No Caminho das Estrelas. Santiago e a Peregrinação a Compostela**, Santiago do Cacém -Beja: Câmara Municipal de Santiago do Cacém/ Diocese de Beja, 2012 (2 vols.)



AAVV – **Somos capazes de transmitir o património marítimo às gerações futuras? Atas do 7.º Congresso European Maritime Heritage**, Seixal: Câmara Municipal, 2012 (edição bilingue)



AAVV (Coord. Científica: COELHO, Maria Helena; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel) – **VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas**, Porto de Mós-Alcobaça-Batalha: Campo Militar de S. Jorge (CIBA), 2009 (2 vols.)



LIZARDO, João e SOUSA, Élvio – **Fragmentos. Diálogos entre um arqueólogo e um advogado sobre o património cultural**, Funchal: Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2008



AAVV (RUIZ GÓMEZ, Francisco; MOLERO GARCÍA, Jesús M.) – **La Orden de San Juan entre el Mediterráneo y la Mancha. II Congreso Internacional de historia de la orden militar de San Juan. Actas.**, Alcázar de San Juan: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2009

Museu

SUMÁRIO

- 1 Editorial
- 2 Em destaque... Resultados da intervenção arqueológica no Espaço Cidadão. Centro Histórico de Palmela
- 8 Património Local... «Conversas na Aldeia» da Quinta do Anjo
- 11 Nos Bastidores... Rostos do Museu
- 13 Em investigação... Palmela: Chão que dá Uvas (1945-1958)
- 18 Património concelhio em documentos... Palmela na Grande Guerra (1914-1918)
- 24 A não esquecer... Maletas itinerantes: valor educativo-pedagógico
- 25 Sites a consultar... Centro Histórico da vila de Palmela
- 25 Cada número, um jogo... Com números e letras...
- 26 Edições em destaque... no Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago e no Museu Municipal

Contactos:

Divisão de Património Cultural - Museu Municipal
Departamento de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2951-505 PALMELA

Tel.: 212 336 640

Fax: 212 336 641

patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Ficha Técnica

Edição: Câmara Municipal de Palmela

Coordenação Editorial: Chefia da Divisão de Património Cultural/Museu Municipal

Colaboram neste número: Cristina dos Reis Prata, João Nunes (Palimpsesto, Lda.), Michelle T. Santos, Nuno Neto Monteiro (Arquivo Municipal), Sandra Abreu Silva, Sónia Ramos (Divisão de Organização e Qualidade), Teresa Sampaio

Design: { p c b }, comunicação visual

Fotografia: Paulo Nobre, Museu Municipal

Código de Edição: 748/12

ISBN: 927-8497-27-X

Versão exclusivamente on-line

Faz parte integrante deste número uma separata intitulada

“Serviço Educativo do Museu presta contas do ano letivo 2011-12”.